

## REPORTAGEM ESPECIAL

# LAMA NO RIO DOCE

## QUASE 8 MIL AÇÕES NA JUSTIÇA ATÉ O FIM DO MÊS

### Volume de processos já prejudica trabalho das varas de Colatina

RAQUEL LOPES  
VILMARA FERNANDES

A revolta da população de Colatina, Noroeste do Estado, com as dificuldades de abastecimento de água impostas pelo desastre ambiental que atingiu o Rio Doce, resultou em uma avalanche de ações na Justiça local. A estimativa é de que até o fim do mês sejam quase oito mil processos protocolizados.

São moradores reclamando por danos morais e materiais. “A demanda é maior em Colatina porque foi a única cidade que teve o abastecimento de água prejudicado. Muitos argumentam prejuízos diante da impossibilidade do abastecimento de água”, observou a desembargadora Janete Vargas Simões, que coordena o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos (Cejus).

#### PROTOCOLIZADAS

Segundo o diretor do Fórum de Colatina, o juiz Lindemberg José Nunes, três mil ações já foram protocolizadas. “É muito processo para a Comarca de Colatina. Por ano trabalhamos com cerca de 15 mil”, relata o juiz.

O problema, explicou a desembargadora Janete, é que outras três mil foram



VITOR JUBINI - 20/11/2015

Problemas durante a distribuição de água pela Samarco causaram enxurrada de ações em Colatina

recebidas e aguardam serem protocolizadas e terem suas audiências agendadas. “Em decorrência do volume de ações, já não há funcionários suficientes para realizar o trabalho. São mais de 6 mil processos. E em cerca de um mês”, relata.

A situação vivenciada em Colatina é considerada “inusitada e preocupante”, avalia a desembargadora. E vai demandar uma atuação diferenciada do Judiciário na região. “Ho-

je (quinta) vou me reunir com o presidente do Tribunal de Justiça para decidir o que será feito”, explicou Janete Vargas

A “avalanche de ações”, como destaca Janete, vai absorver o tempo de trabalho dos cartórios, servidores e magistrados. E a preocupação ainda é em não comprometer o andamento dos demais processos que já tramitam na Justiça de Colatina. “As pessoas têm o direito constitucional de recorrer à

Justiça. E quem já o fez, por outros motivos, também não pode ser prejudicado”, destaca a desembargadora.

#### POR ANO

## 15 mil

processos

É o número de ações que tramitam, por ano, na Justiça de Colatina.

Na tarde de ontem a desembargadora e a direção do Fórum de Colatina se reuniram com a diretoria da Samarco, da Vale e BHP. O objetivo foi encontrar uma forma de poder acelerar a tramitação dos processos que não param de chegar e torná-los menos custosos.

Um dos pedidos feitos à Samarco é que ela instale no Estado um setor jurídico para responder pelos processos. “Hoje as notificações têm que ir para outro Estado, via AR. É tudo mui-

to lento”, relata Janete.

Segundo o juiz Lindemberg, seria importante ainda a Samarco informar detalhes sobre a indenização das vítimas e quanto estaria disposta a pagar por pessoa. Pede inclusive que a resposta seja dada até o próximo dia 19. “O Judiciário incentiva o acordo, porque a demanda é repetida. Poderíamos marcar audiências em lote, em vez de julgar uma a uma”, finaliza.

A Samarco não quis se pronunciar sobre o assunto.

#### PREOCUPAÇÃO



“A situação de Colatina é inusitada e preocupante. Vai demandar um gerenciamento diferenciado do Judiciário na região”

JANETE VARGAS  
DESEMBARGADORA

## OAB investiga advogados por assédio

O presidente da Ordem dos Advogados (OAB-ES), Homero Mafra, chega hoje a Colatina. Vai ouvir depoimentos que podem resultar na instauração de um processo disciplinar contra

advogados na cidade.

Eles são acusados de fazerem “captação de clientela”, que é considerada ilegal pela Ordem e passível de punição, conforme divulgou na última quar-

ta-feira, com exclusividade, a coluna Victor Hugo.

Segundo Mafra, chegaram a ele depoimentos de que pessoas estariam sendo abordadas na fila da água, em Colatina, em bus-

ca de assinaturas para ingressar com uma ação contra a Samarco. O argumento utilizado por alguns advogados era, segundo Mafra, “o de que eram campeões em ganhar ações”.

“Isto é um acinte, antiético e não pode acontecer”, destacou Mafra.

Explica ainda que este tipo de situação demonstra que “alguns advogados estão aproveitando o desespero dessas pessoas”.

O presidente da Ordem irá acompanhado de con-

selheiros de Ética. Eles vão ouvir depoimentos de alguns advogados locais. Às 13h, se reunirá com a Subseção da Ordem local para levantar os nomes dos advogados que estão assediando os moradores. O caso será remetido à Corregedoria da OAB-ES.

## REPORTAGEM ESPECIAL

# PROMOTORIA PEDE O BLOQUEIO DE R\$ 5 BI

TV GLOBO/REPRODUÇÃO



Cidade de Barra Longa (MG) foi atingida pela lama e faz parte da área da ação

## Ação do Ministério Público mineiro quer garantir indenizações

➤ O Ministério Público Estadual (MPE) de Minas Gerais, na comarca de Ponte Nova, região atingida pela lama da Samarco, entrou com uma ação civil pública contra a mineradora e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, para o pagamento de indenização a vítimas da tragédia nos municípios de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, informou o jornal O Estado de S. Paulo, ontem. A ação pede a condenação das empresas ao pagamento por dano moral coletivo no valor mínimo de R\$ 500 milhões, e mais R\$ 5 bilhões por “dano social punitivo”.

Os valores, conforme o pedido do MPE, deverão ser divididos entre os municípios. A ação pede também indisponibilidade de bens das empresas no valor de R\$

1 bilhão, em dinheiro. Conforme os promotores, o total de atingidos na região seria de 1.350 pessoas. Com o valor seria possível pagar até R\$ 200 mil em danos morais individuais e até R\$ 400 mil para cobertura de bens materiais a famílias.

“Com isso se visa a evitar o risco de que ações judiciais de outros entes ou com outro escopo, ou mesmo de que acordos extrajudiciais que não contam com a participação dos atingidos, acabem por minar a capacidade econômica das rés de fazerem frente ao que é mais urgente: o ser humano e suas necessidades”, afirmam os promotores.

O MPE requisitou também, em caráter liminar, “o pagamento, a título de verba de manutenção temporária, para cada família atingida,

### IMPACTO

# 1.350

pessoas

Foram atingidas pela lama nas três cidades que pediram bloqueio.

que tenha sido desalojada ou tenha tido repercussão econômica com o evento, o valor de um salário mínimo mensal acrescido de 30% por dependente”. Procura da pelo Estado, a Samarco não se pronunciou.

### PRAZO

Ontem, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton pediram à Justiça o adiamento do prazo para fazer um depósito de R\$ 2 bilhões no fundo para a

recuperação ambiental e social da bacia do Rio Doce

O depósito havia sido determinado pela Justiça em decorrência de uma ação civil pública aberta pela Advocacia-Geral da União (AGU) e as procuradorias-gerais de Minas Gerais e Espírito Santo, na qual foi proposta que as empresas formassem um fundo de R\$ 20 bilhões para custear programas ambientais e sociais de recuperação da bacia em dez anos.

Este é o segundo pedido de prorrogação do prazo. O primeiro prazo expirou em 19 de janeiro. No pedido, a Samarco alega “que as tratativas para um acordo relativo à ação civil pública estão em curso e que as partes necessitam de mais tempo para a sua conclusão.” A AGU disse não ter sido notificada sobre o pedido.

## Polícia Federal: Samarco ampliou além de limite

➤ A Samarco ampliou acima do limite anual a barragem do Fundão, que ruuiu em Mariana, em Minas Gerais. É o que aponta o despacho de indiciamento sob a acusação de crime ambiental da mineradora e de executivos da empresa feito pela Polícia Federal (PF) em 13 de janeiro. O documento mostra ainda que a leitura de equipamentos que medem o nível de água da represa estava com atraso de dez dias.

A reportagem teve acesso à documentação, assinada pela delegado Roger Lima de Moura, chefe da equipe que investiga o rompimento da barragem.

Segundo os delegados responsáveis pela investigação, funcionários da Samarco que prestaram depoimento afirmaram que o chamado alteamento anual da barragem chegaria a até 15 metros por ano. O alteamento é a elevação da contenção da represa para que seja possível a colocação de mais rejeito de minério de ferro. Conforme um estudo obtido pela PF, o alteamento não pode ultrapassar de 5 a 10 metros por ano.

Em nota, a Samarco disse que “a informação de que o alteamento da barragem de Fundão estava acima do permitido não procede”.

## Ação para interditar pesca na foz do Rio Doce

➤ O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, para que seja imediatamente proibida a pesca de qualquer natureza, salvo a destinada à pesquisa científica, na região da Foz do Rio Doce, entre a Barra do Riacho, em Aracruz, até Degredo/Ipiranguinha, em Linhares, litoral Norte do Estado.

A medida visa preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já impactadas pelos rejeitos de mineração provenientes do

rompimento da barragem da Samarco. Além disso, a interdição da pesca garantirá a conclusão dos trabalhos técnicos que buscam diagnosticar os impactos da lama no mar e a contaminação dos recursos pesqueiros.

OMPF requer, ainda liminarmente, que a União, Estado do Espírito Santo, Ibama, ICMBio e Iema sejam obrigados a adotar todas as medidas necessárias para proibir e fiscalizar, pelo tempo necessário à conclusão das análises técnicas, a pesca de qualquer natureza na região.

## Estudo vai avaliar impacto em animais

➤ Os impactos da lama nos animais marinhos do Rio Doce começaram a ser estudados ontem por biólogos e analistas do Instituto Chico Mendes (ICMBio). Chegou a Vitória nesta quarta uma equipe do instituto que fez uma expedição por diversos pontos do Rio Doce na última semana. Eles vão analisar se peixes e crustáceos tiveram a saúde abalada pela lama de rejeitos de minério da Samarco que atingiu o rio.

De acordo com o oceanógrafo Nilamon Leite Júnior, chefe da expedição e analista ambiental do ICMBio, será analisado se os animais sofreram impactos que in-



Marcos Daniel faz parte do grupo de pesquisadores

viabilizaram o consumo humano. Foram avaliados peixes comumente pescados no Rio Doce e camarões.

“Desses animais a gente vai fazer alguns estudos

ecotoxicológicos e checar dosagens de metais. Retiramos amostras para saber se o animal sofreu algum estresse ambiental que possa prejudicar a saúde e o con-

sumo humano”, disse à Rádio CBN Vitória.

Esta expedição realizada na última semana é a primeira a avaliar este tipo de impacto, segundo o instituto. Outra expedição, realizada por pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em um navio da Marinha no final do ano passado, avaliou a qualidade da água e demais impactos. O resultado deve ser divulgado nessa semana, segundo o professor de Oceanografia da Ufes, Alex Bastos. A pesquisa dos impactos nos animais marinhos não tem prazo para ter os resultados divulgados. (Leandro Nossa)